

# MASCULINIDADES EM JOGO NA AMÉRICA PORTUGUESA: A EXPEDIÇÃO DE PERO COELHO DE SOUSA EM 1603<sup>1</sup>

*MASCULINITIES AT STAKE IN PORTUGUESE AMERICA: PERO COELHO DE SOUSA'S EXPEDITION IN 1603*

*MASCULINIDADES EN JUEGO EN AMÉRICA PORTUGUESA: LA EXPEDICIÓN DE PERO COELHO DE SOUSA EN 1603*

Mário Martins Viana Júnior<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo buscamos investigar algumas das contingências, transformações e invenções acerca dos aspectos de masculinidades envolvidos nas trajetórias dos indivíduos que se lançaram nas atividades de conquista e colonização das capitanias do Norte da América portuguesa, durante o final do século XVI e início do século XVII, conferindo atenção especial à capitania do Siará e à expedição do capitão mor Pero Coelho Sousa, iniciada em 1603. Para tanto, analisamos relações, expectativas e comportamentos de alguns dos homens que ocuparam os principais ofícios de Sua Majestade e desenvolveram práticas de governança no Estado do Brasil, principalmente quando deliberaram sobre os avanços pelo Rio Grande, Paraíba, Siará, Piauí e Maranhão. Sob uma matriz teórica dos estudos de gênero e de masculinidades, intentamos analisar a invenção de identidades masculinas para o contexto assinalado, problematizando os elementos de identificação e diferenciação existentes entre os homens. Metodologicamente, procedemos à investigação de fontes oficiais, a exemplo de cartas, decretos e chancelas régias, além de regimentos, autos e certidões salvaguardados tanto em equipamentos brasileiros como em instituições portuguesas. Realizamos ainda a análise de livros de crônicas e memórias de religiosos e de alguns dos próprios sujeitos que se aventuraram nas atividades de conquista.

**Palavras-chave:** Masculinidade, gênero, identidade, América portuguesa.

**Abstract:** This article shall examine some contingencies, transformations and inventions about some masculinities aspects. The latter are perceived in the trajectories of some men who had made part of conquest and colonization activities in the Northern captaincies of Portuguese America, during the late 16<sup>th</sup> and early 17<sup>th</sup> centuries. Special attention was given to the captaincy of Siará and Captain Pero Coelho de Sousa's expedition, started in 1603. For this purpose,

---

<sup>1</sup> Este artigo é fragmento de minha tese de doutorado intitulada "Masculinidades compósitas nas capitanias do Norte da América portuguesa (sécs. XVI e XVII)," elaborada no Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor da Universidade Federal do Ceará.

it was analyzed the relationships, expectations and behaviors of some men who were the main officers in Portuguese America. Those men developed governance practices in “Brazil”, especially when they deliberated about their advance/internalization in Rio Grande, Paraíba, Siará, Piauí and Maranhão. Based in gender and masculinity studies, this paper intended to analyze the invention of masculine identities in the context noted above, questioning the aspects of identification and differentiation existing between men. This research is supported by the analyses of official documents, such as letters; royal decrees; royal regulations; royal records and certificates; all of them safeguarded in Brazilian and/or Portuguese institutions. It was also examined chronicles; religious memoirs; and some memoirs of those men who adventured themselves in conquest activities.

**Keywords:** Masculinity, gender, identity, Portuguese America.

**Resumen:** En este artículo buscamos investigar algunas de las contingencias, transformaciones e invenciones acerca de los aspectos de masculinidades envueltos en las trayectorias de los individuos que se lanzaron en las actividades de conquista y colonización de las capitanías del Norte de América portuguesa, durante el final del siglo XVI e inicio del siglo XVII, confiriendo atención especial a la capitanía del Siará y a la expedición del capitán mayor Pero Coelho Sousa, empezada en 1603. Para tanto, analizamos relaciones, expectativas y comportamientos de algunos de los hombres que ocuparon los principales oficios de Su Majestad y desarrollaron prácticas de gobernante en el Estado de Brasil, principalmente cuando deliberaron sobre los avances por el Río Grande, Paraíba, Siará, Piauí y Maranhão. Bajo una matriz teórica de los estudios de género y de masculinidades, intentamos analizar la invención de identidades masculinas para el contexto señalado, problematizando los elementos de identificación y diferenciación existentes entre los hombres. Metodológicamente, procedemos a la investigación de fuentes oficiales, a ejemplo de cartas, decretos y sellos regias, más allá de regimientos, autos y certificaciones salvaguardados tanto en equipajes brasileños como en instituciones portuguesas. Realizamos aún el análisis de libros de crónica y memorias de religiosos y de algunos de los propios sujetos que se arriesgan en las actividades de conquista.

**Palabras-clave:** Masculinidad, Género, identidad, América portuguesa.

### **Introdução: o contexto das capitanias do Norte no Império**

No sentido de mapeamento histórico, é interessante assinalarmos que assim como não consiste em novidade alguma para a historiografia brasileira que se remete ao período colonial o fato de o Estado do Brasil ter adotado um sistema patriarcalista<sup>3</sup> de organização, também não causa surpresa o as-

---

<sup>3</sup> Cf. Ronaldo Vainfas (2010) e Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2003). Este último discute a invenção do patriarcalismo enquanto conceito discursivo a partir de uma minuciosa historicização, dialogando com Gilberto Freyre e observando como essa ideia não se vincula apenas à família (patriarcal), mas tem a pretensão de se instaurar em toda uma ordem social.

pecto de essa porção colonial ter sido colocada à margem do conjunto de prioridades estabelecidas pela Coroa portuguesa, quando comparada com as conquistas orientais durante os quinhentos. Esses são dois vetores gerais sobre os quais parece haver certo consenso no âmbito historiográfico (PRA-DO JÚNIOR, 1933; GODINHO, 1978).

Algumas expedições costeiras, para fazer frente aos invasores; poucos e precários núcleos de ocupação, com longas distâncias entre si; e algumas concessões para a exploração do pau-brasil resumiram as efetivas ações do Império em seus domínios americanos no século XVI, o que implicou uma ocupação pontual e quase que exclusivamente litorânea. Tal quadro fez-se notório mesmo no século XVII entre os colonos e os reinóis que expunham habilmente o leque de obstáculos enfrentados, a exemplo dos combates dados aos estrangeiros que aportaram no litoral colonial, em especial o Norte, como nos informa o sargento mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno:

Depois que os Portugueses intentaram a conquista do Maranhão, [...] e nela se perderam muitos homens, e muitos navios, sempre esta empresa ficou espantosa, para os que quiseram olhar para ela, e tão desacreditada pela mesma razão diante de seu dono, que poucas vezes se achou conveniente só o falar nisso [...]. (MORENO, 1907, p. 209)

O ambiente do século XVI da América portuguesa parece ter começado a sofrer alterações mais contundentes somente a partir de meados do século XVII. A conquista de Pernambuco por parte dos neerlandeses, organizados em torno dos interesses da Companhia das Índias Ocidentais, e as guerras empreendidas pelos luso-brasileiros para expulsar aqueles, com êxito apenas em 1654, principiaram uma ocupação mais eficiente naquela porção por parte dos portugueses (MELLO, 2011).<sup>4</sup>

Diante de um quadro geral de descaso e de abandono (que parece ter perdurado por todo o século XVI) e dos avanços conseguidos apenas até a capitania do Rio Grande, não é difícil de imaginar a situação à qual ficou entregue a capitania do Siará grande. A apatia lusitana em integrá-la aos seus domínios efetivos durante os quinhentos, diante do foco na porção oriental, facilitou a entrada de indivíduos estranhos de outros Estados, como ingleses, flamengos e franceses. Todavia, algumas expedições militares permitiram uma incipiente dinamização de conquista e de ocupação ao longo da porção setentrional da América portuguesa. Com o avanço dos franceses no Maranhão foi necessária uma presença mais marcante e enérgica por parte dos homens lusitanos.

---

<sup>4</sup> Segundo Maria Gouvêa (2001), as décadas de 1640 a 1670 foram caracterizadas por importantes medidas e ações dinamizadoras das relações político-administrativas no Atlântico Sul português, tais como: a criação Conselho Ultramarino (1642), a elevação do Estado do Brasil à condição de principado (1645), a expulsão dos holandeses, o reconhecimento da representação do Brasil nas Cortes lisboetas (1653).

O destaque conferido às capitânicas do Norte, como elemento de ampliação e de manutenção fundamental do poder imperial luso, inseriu a capitania do Siará grande como importante ponto estratégico e militar para a conquista daqueles territórios. E foi justamente dessa maneira, integrado a uma lógica imperial multicontinental, que tal capitania acabou incorporada à pauta de discussões sobre a ocupação territorial, no início do século XVII, realizadas entre o Rei, os governadores gerais, os magistrados, os capitães e muitos outros homens empenhados nas jornadas e expedições que, embora tivessem como foco final o Maranhão, envolviam necessariamente outras capitânicas, como a do Siará. Nesse movimento entrada em direção ao norte, masculinidades foram testadas, reforçadas, ampliadas, mas também burladas, modificadas e redimensionadas.

### **A Jornada: avaliação e construção de perfis masculinos**

No dia 26 de janeiro de 1603, distante da Europa e das terras da capitania do Siará grande e do Maranhão, reuniram-se na Vila de Olinda em Pernambuco, mais precisamente na casa do governador geral do Brasil, Diogo Botelho, alguns dos sujeitos mais poderosos da América portuguesa, a fim de deliberarem sobre uma possível expedição. Para além de estratégias militares e questões de cunho político, ali foram desvelados aspectos de gênero referentes às formas de possíveis masculinidades que analisaremos agora.

De acordo com o Auto que Botelho mandou fazer, além dele e do tabelião Antonio Abreu que registrou o evento, estiveram presentes, para compor o Conselho, as seguintes autoridades civis e militares: o capitão mor da capitania de Pernambuco Manoel Mascarenhas Homem, o ex-capitão mor da Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho, o desembargador e ex-ouvidor geral do Estado do Brasil Gaspar de Figueiredo Homem, o sargento mor do Estado Diogo Campos Moreno e o capitão do Forte do Recife João Barbosa de Almeida.<sup>5</sup> Todos estes homens, de grosso cabedal e de importante posição hierárquica política e militar no Império português, se reuniam para decidir sobre as ações e os destinos de outros homens; a saber, daqueles que comporiam a primeira jornada que marcharia até o Maranhão, através da Paraíba, Rio Grande, Siará e Piauí.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Biblioteca Nacional do Palácio da Ajuda (BNPA), Carta testemunhável, com prova de inúmeras testemunhas qualificadas, dos serviços que o governador Diogo Botelho fez no primeiro ano e meio do seu governo, com justificação e abonação da sua pessoa, Códice 51-V-48, n. 79, fls. 91-206v. 26/09/1603.

<sup>6</sup> Auto que mandou fazer o Senhor Governador Geral Diogo Botelho (26/01/1603). RIC, Fortaleza, tomo 26, p. 17-20, 1912, p. 18.

Imagem 1: Capitânicas do Norte<sup>7</sup>



Na escala de comandos ali disposta, Diogo Botelho ocupava o topo, possuía status de ministro (CONSENTINO, 2009) e deveria expressar comportamentos masculinos condizentes com o seu ofício à semelhança do Monarca. Em uma perspectiva imperial ultramarina e com aspectos de rede, o governador geral do Estado do Brasil, nomeado em 20 de fevereiro de 1601<sup>8</sup>, encontrava-se subordinado ao Conselho da Índia, ao Desembargo do Paço, ao Vice-Rei do Estado da Índia, ao Conselho Real e ao próprio Rei, com quem possuía interlocução direta e amistosa e por quem era tratado como “uma pessoa de tal qualidade recato e confiança”<sup>9</sup>. Em suma, era a autoridade mais importante nas partes do Brasil.

Do Soberano o governador recebia a regalia, atribuições próprias daquele ofício régio. Mesmo que temporariamente, o seu governo tinha capacidade de fazer leis, investir magistraturas, fazer moeda, estabelecer tributos,

---

<sup>7</sup> Embora tenhamos ciência que os limites entre as capitânicas não fossem tão bem delineados no início do século XVII, como sugere a “Imagem 1”, optamos pela elaboração desta imagem com o objetivo de auxiliar o leitor na percepção dos deslocamentos espaciais aqui analisados.

<sup>8</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de Filipe II, Livro 9, fl. 234v-235v, Carta de nomeação de Governador Geral do Estado do Brasil, fl. 234v.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

além de mandar fazer devassas e prisões, de decretar guerra e de firmar pazes (CONSENTINO, 2009, p. 68). Desde a Índia até o Brasil, aos governadores era concedido inclusive o direito do exercício dos atos de graça, “tal como concessão de mercês, dada de ofícios, outorga de rendas, perdão de crimes”, o que os aproximava singularmente do próprio Rei (HESPANHA, 2001, p. 179). Este assim definia especificamente os poderes daquele governador geral:

E por esta mando a todos

[...] de qualquer qualidades e condições [...] hajam ao dito Diogo Botelho por governador geral [...] e lhes obedecem inteiramente e cumpram seus mandados segundo forma do poder, e alçada por meus regimentos e provisões [...], e assim sem embargo de pelas ditas doações lhe ser concedido alçada nos casos cíveis assim ação nova como por apelação e agravo até quantia de cem mil réis. E nos casos crimes até morte natural inclusive, em escravos e gentios e peões cristãos, e homens civis em todos os casos assim para absolver como para condenar e nas pessoas de mais qualidades até dez anos de degredo, e em [...] pena sem apelação nem a gravo porquanto por muitas e justas causas e respetos que me a isso movem [...].<sup>10</sup> (grifo nosso).

Acompanhando Diogo Botelho em sua ida ao Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno tomou assento no Conselho do governador geral, sendo nomeado já no Reino para seguir de perto as designações do governador pelo tempo que o Monarca desejasse. Como sargento mor do Estado do Brasil, sua tarefa implicava a responsabilidade da administração militar geral da América portuguesa, que, assim como existia no Reino, voltava-se para a inspeção das ordenanças, das fortificações e da artilharia (SERRÃO, 1968). Perito nas artes da guerra, Moreno foi lembrado nas palavras de Frei Vicente Salvador como “soldado experimentado nas guerras de França, e Flandres, e que sabia bem formar um campo, e os ardis e tretas da peleja”.<sup>11</sup>

Também experientes nas questões de guerra eram os outros homens do Conselho que exerceram postos de governança na Paraíba e em Pernambuco. As ações orquestradas de Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho de Carvalho marcaram os anos noventa do século XVI pelas tentativas de ampliação do domínio luso em direção ao Rio Grande.<sup>12</sup> As incursões deles foram salutares para o Reino, no que resultou a feitura e entrega do

<sup>10</sup> ANTI, Chancelaria de Filipe II, Livro 9, fl. 234v-235v, Carta de nomeação de Governador Geral do Estado do Brasil.

<sup>11</sup> A Guerra de Flandres (1568-1648) também conhecida como Guerra dos oitenta anos foi um conflito gerado pela união das províncias daquela região em prol de sua independência e contra os abusos de Filipe II da Espanha (filho e sucessor de Carlos V) (MONTILLA, 2010).

<sup>12</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. Bahia: [s.n.], 1627; GOUVEA, Francisco. Sumário das Armadas... Íris, tomos 1-2. Rio de Janeiro, 1848.

Forte do Rio Grande em 1598. Ademais, as diversas estratégias postas em práticas por eles, e por João Barbosa de Almeida, sempre “com muita paz e amizade, que é o melhor petrecho contra os inimigos” garantiram um avanço profícuo por terra e por mar.<sup>13</sup>

Muito provavelmente o único indivíduo que não possuía experiências militares era o último integrante do Conselho, Gaspar de Figueiredo Homem. Todavia, de forma semelhante aos demais, tinha um histórico de destaque nas partes do Brasil e no Reino. No Porto, chegou à condição de desembargador, possuindo seu nome incluído na organização da administração judiciária da América portuguesa, sistematizada em 1587, com a criação da primeira Relação do Brasil.<sup>14</sup> Em suma, dito de outra forma, o alto escalão dos conquistadores e colonizadores da América portuguesa estava reunido para fins deliberativos.

Com exceção do capitão mor de Pernambuco Manoel Mascarenhas, todos afirmaram ser de bom grado o empreendimento de conquista do Maranhão. Talvez essa negativa fosse produto de suas experiências pretéritas, visto que em 1597 ele havia comandado uma expedição para a conquista do Rio Grande que envolvia uma armada de seis navios e cinco caravelões, conhecendo de perto os perigos do avanço pelo Norte.<sup>15</sup> Comparativamente, a proposta da nova jornada era totalmente inversa: mais longínqua e com recursos muito menores; para o transporte de mantimentos, pólvoras e munições, utilizaria apenas dois caravelões que navegariam até o rio Jaguaribe, no Siará, de onde os indivíduos seguiriam a pé passando pelo Piauí em direção ao Maranhão.

Registrada a posição contrária do capitão no Auto em questão, o tabelião apontou a deliberação positiva do Conselho para o prosseguimento da Jornada do Maranhão da seguinte maneira:

[...] tendo-se comodidade para fazer descobrimentos e conquistas e acrescentar com isso à Coroa e ao Estado Real de Sua Majestade, não lhe aventurando, como não aventura, em nada, pelas razões ditas e as que abaixo se seguem e principalmente por se ampliar e dilatar a nossa santa fé católica e por seguir o intento que tiveram os reis passados de Portugal de gloriosa memória, que estão no céu, aos quais mandaram fazer uma viagem para onde chamam Maranhão, navios que se perderam pela pouca notícia que se tinha de lá [...].<sup>16</sup> (grifo nosso).

---

<sup>13</sup>Idem, *Ibidem*, p. 106.

<sup>14</sup>ANTT, Chancelaria Régia de Felipe I, Livro 23, fl. 159, Carta de nomeação Desembargador do Porto concedida à Gaspar de Figueiredo Homem.

<sup>15</sup>SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Bahia: [s.n.], 1627.

<sup>16</sup>Auto que mandou fazer o Senhor Governador Geral Diogo Botelho (26/01/1603). RIC, Fortaleza, tomo 26, p. 17-20, 1912, p. 18.

E continuou mais a frente expondo outros motivos da autorização:

[Para] tolher e defender dos franceses e mais estrangeiros que vão à dita costa e portos dela, resgatar gentios e inquietá-los, como ainda hoje em dia fazem, indo naus a conversar com o dito gentio e indo e vindo aos ditos portos, e roubam e salteiam os nossos navios que vão e vêm para este Estado [...].<sup>17</sup>

Explicitamente apareciam os principais motivos da expedição, como: a conquista de territórios, a expansão do catolicismo, o combate aos estrangeiros e o estabelecimento de relações amistosas com o gentio. Tudo isso deveria ser feito em prol e em nome do Rei, isto é, sob os anseios da expansão do Império em uma perspectiva de submissão dos interesses particulares aos desejos do Monarca. Somente por isso, e principalmente em virtude desse aspecto, a autorização foi concedida. Controlar as vontades próprias e pessoais era um predicado masculino positivo que podia aproximar os homens do Soberano.

Nesse contexto, a construção da aventura da Jornada do Maranhão, como foi definida por Diogo Moreno, era tomada como uma empresa colonial, isto é, como uma ação ou obra objetivada, planejada, com ações tidas como façanhas relevantes, ilustres e heróicas executadas à semelhança daquelas realizadas pelos cavaleiros medievais, mas que, nesse período, implicava o domínio ultramar ou a conquista do mundo (BLUTEAU, 1728, p. vol. III, 71). Dessa forma, transmutava-se nos escritos do tabelião Antonio Abreu uma série de elementos que adjetivavam positivamente as ações dos homens, observadas aqui como expressões de masculinidades na América, mas que reportavam e possuíam ligações com outras partes do Império.

### **A realização da Jornada: o reconhecimento de um líder masculino**

Para a Jornada do Maranhão, um dos homens que se sentiu incitado à aventura de conquista e colonização foi Pero Coelho de Souza. Bem antes daquela reunião de nobres homens realizada na casa de Diogo Botelho, Pero observou e significou a expedição ao Maranhão como uma possibilidade de enriquecimento real e como uma forma de conseguir atributos de homem notável com muitas façanhas pelos serviços prestados ao Rei.

Ex-comandante de uma galé de Sua Majestade, esse açoriano foi partidário da causa do Prior do Crato em Portugal migrando em sua defesa para a França e possuindo ainda largas experiências em combates militares pretéritos na África. Aportou na Paraíba na década de 1580, e ali, graças à influência do irmão de sua esposa, o capitão mor Frutuoso Barbosa, um dos principais responsáveis pela conquista daquela capitania em 1588, acabou se

---

<sup>17</sup>Ibidem.



tornando vereador do Senado da Câmara pelos anos de 1590.<sup>18</sup> Contudo, desavenças internas entre os homens na Paraíba implicaram a perda da governança da capitania por Frutuoso em 1591 e, em extensão, as vantagens de Pero nas atividades de vereança.

Mais de uma década depois, a conquista de outros espaços aparecia para Pero como uma oportunidade de reaver posições de destaque no Império e provavelmente constituir fortuna com as possíveis descobertas futuras. Solicitou então autorização do governador geral para a realização da empresa colonizadora até o Maranhão e o Amazonas. Ali, a motivação, o esforço e a coragem, esta entendida como a superação do medo relacionado às adversidades do meio, além das astúcias militares e a qualidade de líder, fizeram com que Pero se diferenciasse de outros indivíduos e expressasse um perfil masculino adequado para o desafio.

As qualidades arrogadas a ele eram postas em evidência e ressaltadas pelas pretéritas experiências que o auxiliaram na sua transformação enquanto soldado prático. Nesse sentido e no jogo de imagens engendradas<sup>19</sup> e estabelecidas aprioristicamente à expedição do Maranhão, Pero se constituiu como um fator de delineamento positivo da decisão afirmativa do Conselho. Ao propor a realização da jornada como uma empresa particular, Pero isentava os cofres da Coroa dispondo suas fazendas em nome do Rei.

A ideia de sacrifício era latente. No acordo efetuado era a vida dele que era posta em risco, como também era dele a responsabilidade de financiar a expedição. Mais ainda: em termos materiais, a Coroa nem seria reduzida em quantias financeiras, nem em capital humano; haja vista que também inexistia o acompanhamento de qualquer tropa oficial, exceto pela parca presença de três ou quatro homens brancos que eram militares oficiais (capitães, alferes e soldados), sendo o restante do corpo militar composto por tangos maus, homiziados, mamelucos e, em sua maioria, por indígenas.

Essa característica peculiar sinalizava um contexto mais amplo observado em outras partes do Império português. De fato a política de captação das tribos indígenas a serem utilizadas nos combates empreendidos pelos portugueses foi uma prática singular e de destaque nas diretrizes de Diogo Botelho e dos dois governadores subsequentes. Inclusive, era uma maneira encontrada aqui de dirimir os problemas de carência material e humana nas atividades de conquista.

O objetivo da Coroa era manter, alimentar e tirar proveito de um sistema de símbolos que cooptasse os indivíduos, cedendo-lhes em termos

---

<sup>18</sup>GOUVEA, Francisco. Sumário das Armadas... Íris, tomos 1-2. Rio de Janeiro, 1848. [em especial o capítulo 3 "Como Frutuoso Barbosa foi encarregado da Paraíba"].

<sup>19</sup>Para Miguel Vale de Almeida (1995, p. 221) as emoções e os sentimentos qualificados e atribuídos diferencialmente para homens e mulheres seriam construções culturais que remeteriam ao aspecto de ser "feito com gênero" do inglês *engendered*.

simbólicos o que lhes retirava em aspectos materiais e no empenho dedicado às tarefas e designações régias. A tarefa de Pero estava inserida dentro dessa perspectiva mais ampla, haja vista suas experiências anteriores na África, sempre dispendo de serviços do Monarca e buscando, com isso, galgar reconhecimentos, honrarias e privilégios materiais e simbólicos. Ao pedir para ir ao Maranhão, ele buscava girar as engrenagens do sistema de mercês (BICALHO, 2001).

Assim, paulatinamente, a efetiva ocupação da capitania do Siará grande emergia sob duas perspectivas. A primeira evidenciava uma lógica maior, imperial e multicontinental, percebendo o Império em suas extensões oceânicas e com a junção dos interesses castelhanos e lusitanos preocupados na real ocupação e defesa das áreas no ultramar no período da União Ibérica (1580-1640).

A segunda se dava pela preocupação sobre três regiões mais localizadas, tal como surge o incentro de um triângulo pelo cruzamento de suas bissetrizes: o Maranhão (vértice-topo), que deveria ser ocupado; a Paraíba (um vértice-base), de onde se voluntariavam homens para a expedição; e Pernambuco (outro vértice-base), de onde seguiria a autorização e os parâmetros para execução da viagem. Metaforicamente, do cruzamento das medianas que partiam desses três vértices, o Siará funcionaria como um centro gravitacional de um triângulo desenhado e a ser preenchido por colorações masculinas. Nesse caso, sob a liderança masculina de Pero Coelho.

## **Identities masculinas entre semelhanças e diferenças**

O documento que definiu a tropa do capitão mor Pero Coelho e que foi elaborado pelo Conselho reunido por Diogo Botelho, assim deliberava sobre o assunto:

Mandar a Pero Coelho de Souza, homem nobre e fidalgo, casado e morador neste estado, soldado velho, que se achou em muitas jornadas e reinos estrangeiros, por terra, com duzentos homens portugueses e oitocentos flecheiros potiguares e tabajaras e ele por capitão-mor de todos [...]; a qual jornada se ofereceu o dito Pero Coelho mais gente a fazer às suas custas, sem nenhuma despesa da fazenda de Sua majestade nem dos moradores deste estado [...].<sup>20</sup> (grifo nosso).

Esse trecho do Auto é elucidador em vários sentidos, principalmente no desvelar de algumas das características, que eram valorizadas em termos de identidade masculina para aqueles homens integrantes do Conselho, e que alimentariam as formas de pensar e de se comportar dos indivíduos

<sup>20</sup>Auto que mandou fazer o Senhor Governador Geral Diogo Botelho (26/01/1603). RIC, Fortaleza, tomo 26, p. 17-20, 1912, p. 18 e 19.

moradores e estantes no perímetro de onde se lançava a expedição. Características de suma importância, à medida que visualizamos essa reunião entre o governador e os seus conselheiros, todos oriundos da outra parte do Atlântico, como um centro de onde emergia os discursos organizadores das sociedades coloniais e que ditava parâmetros de gênero a serem observados e seguidos. Não por acaso, o texto traz uma série de predicados direcionados ao comandante da expedição.

Reunidos os homens, o resultado foi o Auto que tratava de uma história de preparação para o conflito, para a guerra. Nele, os discursos dos sujeitos assinalaram visões de mundo próprias daquele contexto, além de escalas de valores, hierarquias sociais e sistemas simbólicos pelos quais os conquistadores afirmavam formas de masculinidade positivas e negativas. Os valores atribuídos a Pero tornaram-no apto e qualificado para o comando da expedição. O fato de ser homem, como característica primeira, basilar e essencial para a construção de todas as outras, ilustra bem os jogos de identidades presentes no processo de colonização, fortemente marcados pelo gênero.<sup>21</sup>

Colado ao registro de homem, eram citadas as importantes características de nobre e de fidalgo. Dentro de um ideal de masculinidade, nobreza e fidalguia eram categorizações identificadoras dos indivíduos pertencentes ao topo da hierarquia social portuguesa. Isso se dava em virtude das peculiaridades que apenas uma pequena parcela de homens detinha, como os seus locais de nascença ou os privilégios obtidos em recompensa dos serviços prestados ao Rei (MONTEIRO, 2003).

A importância do termo fidalguia era tanta que permitia marcar uma peculiaridade do Estado português, à medida que:

Nos mais Reinos da Europa em que se pesam os quilates da Fidalguia, só pelos merecimentos e antiguidade do sangue, é ignorado este singular ilustríssimo título de Honra, inventado pelos Reys de Portugal, para alentarem com esperanças honoríficas, o valor e a fidelidade de seus vassallos. E este foro de fidalgo nos livros del-Rey em Portugal é de suma estimação, pelos grandes privilégios, que lhe concederam os Reys [...] (BLUTEAU, vol. IV, 1728, p. 107-8). (grifo nosso).

Marca registrada do Império português, a concessão de privilégios expressos no senhorio de terras, préstimos, tenças, honras, direitos régios, isenções de pagamentos de impostos, remuneração de serviços por diferentes gerações e outros direitos especiais, atuava no estímulo e na cooptação dos indivíduos para a empresa colonizadora na Ásia e na África, inicialmente

---

<sup>21</sup> Estamos tratando da categoria gênero na sua acepção que trata dos aspectos culturais atribuídos aos indivíduos de acordo com as diferenças socioculturais estabelecidas entre homens e mulheres e não baseadas na distinção de dois sexos biológicos (LAQUEUR, 2001).

te, e depois na América portuguesa, na qual Pero surge como elemento interligado e de interligação.

Segundo José Eudes Gomes, o poder da nobreza era baseado na força bélica, na concentração fundiária e no sangue nobre. Era ela que detinha o direito de uso de armas e da atividade de guerra. No baixo-medieval, hierarquicamente os fidalgos estavam acima dos nobres e dos clérigos. Contudo, no decurso dos séculos XIV e XV, tal categoria foi sendo incorporada gradualmente como sinônimo de nobreza: “o fidalgo-cavaleiro era um cavaleiro de sangue nobre, sendo que o cavaleiro-fidalgo era um indivíduo de sangue plebeu armado cavaleiro por serviços prestados à Coroa” (GOMES, 2010, p. 60).

Provavelmente a citação conjugada de “nobre e fidalgo” atribuída a Pero no Auto de sua jornada refletia justamente essa situação de imbróglio. Os estudos de Monteiro (2001, p. 257) ajudam a sustentar essa hipótese e entendimento na medida em que ele afirma que a seleção e a nomeação para os cargos de governança das capitânias de menor importância, entendidas como as que não eram capitais e as que estavam por serem conquistadas, geralmente não eram acompanhadas por uma escala de critérios de restrição elevada, sendo entregue, muitas vezes, aos soldados da fortuna.

Tomando a trajetória de Pero Coelho em retrospectiva, não seria absurdo supormos que ele não pertencesse a nenhuma casa de primeira linha em Portugal, sendo a qualificação de fidalgo atribuído aqui como sinônimo de nobreza. Aliás, esse seria um aspecto mais ou menos comum haja vista o contexto setecentista em que, entre os que ocupavam cargos de governança, apenas 4% eram fidalgos e 52% eram nobres de nobreza reconhecida ou duvidosa (CUNHA, 2005b, p. 85). Ademais, o termo fidalguia poderia indicar ainda outra característica masculina super valorizada naquele período: a fidelidade.<sup>22</sup>

Assim, Pero Coelho era um soldado velho com experiências militares em outras partes do Império, como destaca o próprio documento. Suas aventuras em outras jornadas auxiliavam na designação positiva para o comando da expedição e dessa forma, gradualmente, ia ele se aproximando da conquista de privilégios e recompensas ofertados pela Coroa. Nobreza, fidelidade e experiências pretéritas eram qualificações masculinas positivas na sua apresentação. O enaltecimento de Pero Coelho pelo governador e seus conselheiros foi realizado para que ele dispusesse do posto de domínio sobre os outros duzentos homens que seguiriam na Jornada. Ademais, chefiaria oitocentos índios flecheiros, seria responsável pela projeção e execução

---

<sup>22</sup>Enquanto a matriz castelhana dessa designação indicava derivação e junção da expressão “fido, & de Algo”, a sua matriz latina “fides” remetia à fidelidade “e o primor de não faltar à sua palavra, [indicando] o caráter e o distintivo dos ânimos nobres” (BLUTEAU, vol. IV, 1728, p. 107-8).

de estratégias militares no percurso da expedição e teria direito de castigar “capitalmente” os indisciplinados.

O escalonamento hierárquico identitário imbricado nas qualidades atribuídas aos homens era evidente: no topo, alguns sujeitos pertencentes à mais fina nobreza e fidalguia portuguesa no Estado do Brasil, compostas pelos magistrados, homens de experiência militar e de letra. Logo abaixo, o capitão mor da tropa, alguns oficiais diretos e, em seguida, os indivíduos, em sua esmagadora maioria, de baixa estirpe. Homens inferiores, pois exarados da escala de valores de identificação entre os homens do Conselho. O Auto da Jornada do Maranhão com a justificativa de nomeação do capitão revelava, portanto, aspectos que eram valorizados por aqueles sujeitos, além de servir como uma importante ferramenta na condução e na construção discursiva dos aventureiros e de suas formas de identificação.

Nesse evento, eram tácitas as maneiras como as divisões hierárquicas lusitanas cruzavam o Índico e o Atlântico e tentavam reverberar nos lugares mais longínquos, indicando as maneiras dos homens se relacionarem entre si, os seus sentimentos de pertença e suas formas de identificação, assinalando ainda, mas não sem percalços, a permanência e a continuidade de estruturas político-administrativas. Ali se reverberava um ideal de masculinidade a partir de um masculino ideal.

Diante da impossibilidade da quase totalidade dos homens se tornarem reis, tentava-se canalizar os seus anseios, desejos e vontades através de uma cultura masculinizante, onde lhes eram apresentadas possibilidades como as posições de sujeito vacantes, cujas ocupações deveriam passar pelo crivo do rei (o masculino ideal) ou de seus representantes mais próximos. Chamamos essa cultura expressa nos hábitos, nos costumes, nas práticas, nas leis, e em vários outros âmbitos, de ideal de masculinidade pelo fato de a correspondência régia, obtida e apregoada dentro de uma economia de mercês, primar pelo reconhecimento e pela premiação de ações tidas como de caráter masculino e, portanto, esperadas dos homens, pois enaltecedoras das ações que o Soberano valorizava enquanto próprias deles.

Não por acaso Pero era casado pela Santíssima Trindade, devendo seguir, dilatar e propagar as orientações do catolicismo. Como morador do Estado do Brasil, encontrava-se imerso na política colonizadora do Império português. Além disso, reportava-se ao indivíduo mais importante deste domínio, Diogo Botelho, o qual, como governador geral, devia aplicar as diretrizes apregoadas pelo Monarca. Com isso, mostrava-se a tentativa de integração dos homens que seguiam para o Siará grande e o Maranhão em uma rede bem mais ampla: a das capitanias do Norte agregadas ao Império ultramarino português de base católica, e que sinalizava formas de masculinização idealizadas aos seus súditos.

Nesse sentido, o serviço das armas se constituía como uma importante ferramenta de cooptação dos sujeitos, com o objetivo de integrar os

indivíduos e inculcá-los parâmetros e escalas de valores. Além de prova da condição de homem livre, servia, inclusive, como um elemento diferenciador para os menos favorecidos no plano social, ao sinalizar, ainda que com muitas ressalvas<sup>23</sup>, possibilidades de reconhecimento e enriquecimento. Assim, por pertencer exclusivamente ao universo dos homens, a militarização e os aspectos nela envolvidos também tentavam garantir o ordenamento das relações de gênero, mediante a introjeção nos soldados do Rei de valores tidos como masculinos.

Em conjunto, todas essas características serviam para qualificar Pero Coelho como a autoridade máxima da tropa, o líder. Não por acaso eram elementos que o aproximava do status diferenciado daqueles outros homens nobres que deliberaram sobre a viagem. Identificaram-se, nesse sentido, por características comuns e em termos de um ideal de masculinidade ou de uma cultura masculina e masculinizante. Uma identidade engendrada era afirmada a partir das falas dos líderes que projetavam uma imagem discursiva de Pero.<sup>24</sup>

O fato de a quase totalidade dos conselheiros convocados por Diogo Botelho coadunarem sob os aspectos que qualificavam o açoriano, como apto a materializar e chefiar a expedição, revela-nos uma visão de mundo generificada que circulava entre aqueles sujeitos. Percebemos uma representação<sup>25</sup> que se expressava na forma de significar os indivíduos e nas relações entre eles e que implicava efeitos materiais tácitos, através de distinções e de hierarquias operadas nos âmbitos social, cultural, econômico, político e, de maneira não menos importante, de gênero.

## O fenômeno do macho-espelho

À semelhança daqueles que ocupavam importantes postos de governança, Pero Coelho recebia a patente de capitão mor em uma atividade itinerante. Tal como eles, era a um homem nobre e fidalgo e com larga experiência militar, soldado velho, que se concedia o direito de governo sobre os demais. Esses adjetivos tinham uma dupla-finalidade: o reconhecimento de Pero como enquadrado nos parâmetros masculinos ideais, isto é, em uma cultura masculina imperial refletida, constituída e alimentada por eles, bem como a justificativa de sua liderança, por ser correspondente dos anseios do grupo e, mais importante, aos desejos do Rei.

<sup>23</sup>Referimo-nos à proposição de Nuno Monteiro (2003) acerca da organização da sociedade em casas e da minimização da existência de uma ética da meritocracia.

<sup>24</sup>Sobre o conceito identidade ver Stuart Hall (2006), principalmente no que diz respeito ao seu caráter paradoxal de identificação e diferenciação simultâneas.

<sup>25</sup>Para Chartier (1998, p. 27), por exemplo, estudar representações implica a análise “[...] das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço” e que estariam longe de significarem discursos neutros.

Assim, via-se e esperava-se de Coelho as características de um líder masculino: a distinção nobre, a disciplina e a força, e também com cada vez mais expressão o esforço, a estratégia, a habilidade no combate, a facilidade para tomar decisões, a bravura, a coragem, a personalidade forte e, sobretudo, a fidelidade. Eis o Pero Coelho de Sousa construído nos discursos de seus pares. Na realidade, ao qualificarem o açoriano dessa maneira, eles estavam ratificando suas próprias qualidades e seus elos. Pero servia como um espelho para aquelas autoridades. Eles não apenas viam Pero. Eles se viam em Pero.

Como em uma forma cerimonial repleta de distinções e hierarquizações, a reunião extraordinária do Conselho não tinha como objetivo simplesmente autorizar uma expedição, mas avaliar se Pero correspondia e era competente e digno de tal atividade, isto é, se preenchia os requisitos de uma masculinidade construída a priori, diferenciando-se dos demais homens brancos e livres que o acompanhariam na expedição, e aproximando-se daqueles homens, “nobres fidalgos”, que concederiam anuência à viagem. Não se tratava então de uma questão puramente socioeconômica ou política, mas de gênero, haja vista que existiam masculinidades em jogo e sendo jogadas, arriscadas e testadas entre discursos e práticas em uma escala multicontinental.

Pero não apenas precisava refletir a imagem que as autoridades faziam de si. Em um modelo organicista social, o seu corpo deveria representar a extensão dos corpos daqueles homens e, em especial, do corpo do Rei e do Reino. Ainda que o capitão fosse visualizado e percebido como um outro, enquanto um corpo separado, eles se viam nesse corpo e nessa imagem que ajudaram a construir. Enxergavam o “eu” deles no outro, faziam daquele homem um espelho, um “homem-espelho” que, por carregar em si características e elementos apontados como masculinos, atribuídos e valorizados anteriormente à expedição, possibilitava a concretização de um fenômeno representacional, identitário, satisfatório e diferencial que denominamos de macho-espelho.

Por um lado, ser macho implicava a figura do homem macho, na acepção de robusto e vigoroso com forte apelo ao caráter estático da força física e do corpo (BLUTEAU, vol. V, 1728, p. 235). Nas trovas quincentistas populares, por exemplo, o termo também apareceria em oposição às mulheres e era associado à força, à liderança e à singularidade, em semelhança ao próprio Reino português:

LXVIII - Forte nome é Portugal/ Um nome tão excelente/ É Rei do cabo poente/ Sobre todos principal./ Não se acha vosso igual/ Rei de tal merecimento:/ Não se acha, segundo sento/ Do poente ao Oriental. LXIX - Portugal é nome inteiro/ Nome de macho, se queres:/ Os outros reinos mulheres/ Com ferro sem azeiro/ E se não olha primeiro/ Portugal tem a fronteira/ Todos mudam a carreira/ Com medo de seu rafeiro (BANDARRA apud HERMANN, 1998, p. 64).

Por outro lado, a palavra também assinalava dinamicidade, como a qualidade de ser valeroso e animoso denotando o equilíbrio existente na constituição da representação masculina ideal e em outras predicções esperadas no aventureiro Pero Coelho de Sousa:

Amigo de gloriosas ações com os perigos, procura vencê-los, e no meio dos naufrágios tem o ânimo tranquilo. Não se põem em riscos maiores que as suas forças, e não se opõem a forças menores que as suas. Nem deseja a morte, nem a busca, mas quando a vê, não a teme, porque a tem prevista e morrendo, parte deste mundo, não foge (BLUTEAU, vol. VIII, 1728, p. 352).

Tomado em explícita sinonímia quanto ao termo varão (macho era o filho varão, *sexus virilis*), o(s) macho(s), ou melhor, os machos ilustres ou varões ilustres guardavam estreita ligação com a ideia de conquista e dominação empreendida desde os primeiros aventureiros portugueses, no final do século XV e início do XVI, e que se prolongaram no avanço pelas capitânicas do Norte (BLUTEAU, vol. VIII, 1728, p. 363).

Portanto, no contexto assinalado, macho era um signo linguístico que ajudava a caracterizar outra realidade basilar na formação dos homens: experiências obtidas no mar, na navegação.<sup>26</sup>

Na casa do governador todos eram (1) homens, (2) nobres, (3) a serviço do Império, (4) com ampla experiência militar, (5) partícipes de aventuras, conquistas e povoamentos nos domínios ultramarinos, desde o Rio Grande, no Estado do Brasil, ao Reino do Sião<sup>27</sup>, na Tailândia, (6) devendo tomar obrigatoriamente o Rei como principal expoente. A dinâmica expressa na relação entre o Monarca, entendido como um masculino ideal, e os seus súditos, imersos em regras e orientações abalizadas por um ideal de masculinidade, buscava perpetuar um fenômeno engendrado em uma casa que era sede do governo geral e que estava distante mais de cinco mil quilômetros do Paço Imperial.

Assim, percebemos a inserção do capitão mor Pero Coelho na casa do governador geral Diogo Botelho como equivalente à entrada de um indivíduo em uma casa de espelhos. A reprodução infinita e aproximada da imagem do sujeito dependia crucialmente da composição e do posicionamento de cada um dos espelhos existentes na casa. Idealmente, bastava que um possuísse má formação ou estivesse mal posicionado para incapacitar a reprodução da imagem entre os demais. Mas Pero Coelho, ao adentrar o

<sup>26</sup>Desde a Batalha de Toro, em 1476, até a Restauração, em 1640, Portugal se esquivou de operações militares terrestres pela Europa o que viabilizou a constituição de uma população portuguesa que passou a se relacionar diferentemente com o mar (GOMES, 2010). As atividades marítimas eram, portanto, um elemento singular e novo que foi incorporado na constituição de uma cultura masculinizante.

<sup>27</sup>Sobre as experiências dos portugueses no Sião durante o século XVI, ver Maria da Conceição Flores (1991).



espaço da casa (de espelhos) de Diogo Botelho, foi significado como um deles e, dessa maneira, viabilizou o reflexo da imagem masculina idealizada, tornando possível o fenômeno do macho-espelho. Ao ser construído e refletido pelos outros, propiciou que eles o vissem e se vissem nele.

Uma característica singular desse evento era que ele se constituía como uma cerimônia engendrada de reconhecimento, divergindo dos processos ritualísticos de princípios transformadores e iniciativos. O espaço da casa servia para uma cerimônia burocrática de chancela dos atos pretéritos do colonizador que poderiam ser reconhecidos pelos seus avaliadores. Ali não se principiava o indivíduo em práticas masculinizantes para tornar-lhe homem e, posteriormente, guerreiro, como nas sociedades do “tempo iniciático”, assinaladas por Michel Foucault (2010:153). Aquelas práticas já o acompanhavam e eram registradas em suas experiências passadas e no seu próprio corpo através de cicatrizes. O soldado prático já estava formado, era um soldado velho. Naquele momento, ele era apenas reconhecido capitão e não transformado em homem.

Esse fenômeno punha em destaque os ecos e as ressonâncias das formas de tentar conduzir as ações e os pensamentos dos homens na constituição de masculinidades na rede pluricontinental do Império português. Colado à economia de mercês, a prática do Conselho no início do século XVII seguia a mesma linha da benemerência, isto é, da congratulação a posteriori, mais reconhecedora do que transformadora das ações do homem. Assim, embora Pero fosse nomeado capitão para ir a uma jornada, isso se dava em prol das suas ações passadas e não como preparação para as suas ações futuras. Nenhum treinamento lhe foi concedido. Ali, o reconhecimento era enaltecido em detrimento do conhecimento, tão valorizado nos rituais de iniciação masculina.

Nesse mesmo sentido, as próprias Ordens Militares dos cavaleiros haviam passado por alterações em suas dinâmicas de chancela dos homens. Dos integrantes da reunião na casa de Botelho, por exemplo, o próprio governador Diogo Botelho e o capitão Feliciano Coelho de Carvalho receberam hábitos de cavaleiros da Ordem de Cristo somente após terem executado ações em prol de Sua Majestade.<sup>28</sup> Não foram feitos cavaleiros a priori para lutarem em nome do Rei. Antes, fizeram-se homens a partir de suas próprias experiências para, a posteriori, serem reconhecidos como cavaleiros.

Essa mudança de sentido mais ampla quanto à congratulação e às chancelas régias foi acompanhada, inclusive, por transformações mais específicas em torno das expectativas sobre os aspectos masculinos. Assim, por

---

<sup>28</sup>Correspondência de Diogo Botelho, Registro das mercês de El-Rei Dom Filipe. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), Rio de Janeiro, Tomo LXXIII, Parte I, pp. 1-258, 1910, p. 226. (09/08/1600). [Imprensa Nacional]; ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, livro 17, fls. 50v-51. (25/10/1608).

exemplo, a força como um predicado masculino a priori que se esperava dos cavaleiros foi paulatinamente sendo sublevada por uma variação do termo que, em vez de lembrar a qualidade estática do corpo em si (a perfeição física), remetia a um movimento, a um empenho, a uma ação. Sinônimo de ânimo, o que lembrava a coragem em seu sentido motivador da ação, o esforço, e não a força, foi uma virtude muito mais citada e enaltecida pelos cronistas e memorialistas que trataram das conquistas da América portuguesa.<sup>29</sup> O esforço, como qualidade masculina, remetia a algo que se fazia e não a algo que se tinha. Era sempre uma força empreendida, uma relação. Por isso, lembrava-se mais dos soldados esforçados do que dos soldados fortes.<sup>30</sup>

Assim, na residência de Botelho, ainda que existissem fragmentos de um processo ritualístico, expressos no espaço fechado da casa, na distância das influências femininas, na autoridade dos homens presentes e no procedimento de reconhecimento, inexistia um caráter sagrado e tão pouco um processo de ensinamento, de aprendizagem e de transformação. Ali, como nas outras instâncias de congratulação régia, a exemplo da própria cavalaria transformada, não havia uma alteração do estado de consciência dos sujeitos, no sentido de que lhes eram fornecidos conhecimentos para que se tornassem homens e depois fossem feitos guerreiros. Na lógica imperial em que viviam havia uma inversão: buscava-se esses guerreiros já transformados pelas suas próprias trajetórias.

Portanto, os cavaleiros do além mar ou aqueles que tentavam se tornar cavaleiros da Ordem de Cristo, de Avis e de Santiago nas diferentes partes do Império, já eram outros, assim como as suas próprias características e predileções masculinas. Majoritariamente, tornar-se cavaleiro ou qualquer outro oficial de Sua Majestade (a exemplo dos capitães), em razão de suas próprias experiências e dos seus esforços, ao mesmo tempo em que foi produto de uma transformação da economia material e simbólica do Império, permitiu a manutenção do mesmo e uma reconfiguração das representações dos cavaleiros portugueses.

### **Borra-se a imagem do líder masculino**

No caso de Pero Coelho, após a jornada, as suas experiências seriam avaliadas negativamente pelo governador geral Diogo Botelho e pelo próprio Rei. Ao falhar na conquista do Maranhão, conseguindo chegar apenas até o Piauí, o líder da expedição enfrentou um motim realizado pelos seus soldados que não mais o viam como legítima autoridade. A perda dessa qualidade masculina diante dos subordinados, acrescida de uma tentativa de assassinato, foi acompanhada ainda pela condenação de sua ação em fazer, na

<sup>29</sup>Como exemplo, assinalamos o trabalho de Frei Vicente Salvador (1627).

<sup>30</sup>Referimo-nos aqui aos Livros de Chancelaria Régia, Regimentos, Autos, entre outros.

Serra da Ibiapaba, centenas de índios cativos. Embora tenha argumentado que procedeu ao cativeiro pelo princípio da “guerra justa”, para o Monarca e o governador geral o açoriano havia afirmado seus interesses em detrimento dos interesses do Império (MORENO, 1907, p. 219-329).

Fracassada a primeira expedição, contudo, Pero Coelho de Sousa insistiria em uma segunda viagem a fim de colonizar o Siará. Ali, entretanto, falharia mais uma vez. Diante das intempéries climáticas, dos ataques indígenas e do abandono de maior parte de sua tropa, viu-se obrigado a voltar a pé, com a esposa, cinco filhos e dezoito soldados enfermos, margeando o litoral, desde a foz do rio Jaguaribe no Siará até o Rio Grande. Nessa caminhada, além de assistir à queda e à morte de alguns dos seus homens, observou a morte do seu filho primogênito.<sup>31</sup>

Inábil em manter os homens em estreita disciplina, incapaz de fertilizar o solo e dobrar a natureza às suas ações, irresponsável em salvaguardar e proteger a própria família e descumpridor dos anseios do Rei; todas essas predicções contraproducentes serviram para a constituição de uma representação masculina negativa de Pero Coelho. Como as suas experiências já não permitiam a constituição de um espelho que refletisse as imagens dos seus pares, a sua identificação com os outros homens acabou quebrada.

Nesse entremeio foi o próprio Monarca que entrevistou diretamente. Ao julgar que o cativeiro dos índios feito por Pero era ilegal, o Soberano ratificava uma linha de ação política e militar imperial que respaldava as relações amistosas com os indígenas.<sup>32</sup> O problema dessa postura era o prejuízo material e imaterial gerado: privado dos escravos e diante dos gastos tidos com as expedições, Pero Coelho teve que observar ainda o rompimento na identidade masculina forjada com os seus pares. Embora tenha despendido grande esforço em nome do Rei, o reconhecimento não foi obtido. Esquecido pelo Rei na economia das benesses, Pero acabou pobre, excluído.

Em conclusão, o que a trajetória desse capitão mor nos permitiu desvelar foi a ampliação da dinâmica do reconhecimento a posteriori, relacionada com os deslocamentos ultramarinos, e como essa característica esteve imbricada à constituição das masculinidades. Focada majoritariamente nas experiências, a congratulação régia visava, entre vários aspectos, a valorização de certos comportamentos masculinos, que, concomitantemente, deviam servir para identificação e distinção entre os homens.

Entretanto, não nos enganemos com a generalização em demasia que esta proposição possa sugerir. Assim, se tal dinâmica, por um lado, favoreceu e influenciou singularmente o fortalecimento da autoridade do Monarca, por outro lado, colocou em evidência uma infinidade de outras experiências masculinas destoantes, com as quais, não poucas vezes, o Soberano

---

<sup>31</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. Bahia: [s.n.], 1627.

<sup>32</sup> Ofício d'El Rei a Diogo Botelho (22/09/1605). RIC, Fortaleza, tomo 26, p. 15-16, 1912.

tinha que lidar, negociar e aceitar, haja vista a sua dependência em relação aos súditos para manutenção e ampliação do Império. Casos de violência extrema, de sexualidade desregrada, de orgias homossexuais, de infidelidade, má governança, entre outros que manchavam a imagem do macho ideal, foram comuns no cotidiano colonial, às vezes sendo cometidos pelas mesmas autoridades que tinham que denunciá-los, averiguá-los e puni-los.

Enfim, construída e inserida nas dinâmicas masculinas dos processos de conquista e de colonização das capitanias do Norte da América portuguesa, a imagem de Pero foi borrada pelos discursos de seus contemporâneos e entrou em conflito simbólico e real com o masculino ideal, desvelando aspectos masculinos que eram considerados negativos para um grupo minoritário, porém dominante. Nos jogos identitários masculinos do Império português, aquele capitão acabou rechaçado e esquecido, mas suas experiências distintas serviram para assinalar a pluralidade, a elasticidade, a contingência e a instabilidade na composição das masculinidades naquele contexto que foram experimentadas pelos homens.

### **Referências:**

#### **Fontes:**

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino**, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Dogmatico, etc. [Autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V]. Portugal: Universidade de Coimbra, 1728. [Oito volumes].

GOUVEA, Francisco. **Sumário das Armadas...** Íris, tomos 1-2. Rio de Janeiro, 1848.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Bahia: [s.n.], 1627. [Nova edição revista por Capistrano de Abreu, publicada em 1918 pela Weiszflog Irmãos]. Disponível em: <[www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01861600](http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01861600)>. Acesso em: 11/02/2013.

#### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT):**

Chancelaria de Filipe II, Livro 9, fl. 234v-235v, **Carta de nomeação de Governador Geral do Estado do Brasil**, fl. 234v.

Chancelaria Régia de Felipe I, Livro 23, fl. 159, **Carta de nomeação Desembargador do Porto concedida à Gaspar de Figueiredo Homem.**

**Instituto Histórico do Ceará (IHC):**

MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão (1614). **Revista do Instituto do Ceará (RIC)**, Fortaleza, tomo 21, pp. 219-329, 1907, p. 209.

**Auto que mandou fazer o Senhor Governador Geral Diogo Botelho (26/01/1603)**. RIC, Fortaleza, tomo 26, p. 17-20, 1912, p. 18.

**Ofício d'El Rei a Diogo Botelho (22/09/1605)**. RIC, Fortaleza, tomo 26, p. 15-16, 1912.

**Biblioteca Nacional do Palácio da Ajuda (BNPA):**

**Carta testemunhável**, com prova de inúmeras testemunhas qualificadas, dos serviços que o governador Diogo Botelho fez no primeiro ano e meio do seu governo, com justificação e abonação da sua pessoa, Códice 51-V-48, n. 79, fls. 91-206v. 26/09/1603.

**Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB):**

Correspondência de Diogo Botelho, Registro das mercês de El-Rei Dom Filipe. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo LXXIII, Parte I, pp. 1-258, 1910, p. 226. (09/08/1600). [Imprensa Nacional];

ANTT, **Chancelaria da Ordem de Cristo**, livro 17, fls. 50v-51. (25/10/1608).

**Bibliografia:**

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de século, 1995.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João et al. (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1998.

CONSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)**: ofícios, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império Atlântico (século XVIII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de Governar:** ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaio** II. Lisboa: Sá Costa, 1978.

GOMES, José Eudes. **As milícias d'El Rey:** tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João et al (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do desejado:** a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XV e XVII). São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos corrente. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo –** Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Elites e Poder:** entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

\_\_\_\_\_. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MONTILLA, Gabriel. **Guerra de Flandres** (Guerra de los Ochenta años) - 1568-1648. España: Universidade a distância de Madrid (Udima), 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil: colônia e império**. 21° ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2007. [1° ed. 1933].

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

*Recebido em 28/03/2013, aprovado em 05/09/2013*